



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PET no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124321 - MG (2020/0043508-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
REQUERENTE : FABIO APARECIDO VIEIRA COSTA (PRESO)
ADVOGADOS : XENOFONTES CURVELO PILO - MG151340
SAMUEL MUCCHIUT PILO - MG164863
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Por meio da petição n. 00188419/2020, a defesa informa que sobreveio sentença condenatória, mas foi assegurado ao recorrente o direito de apelar em liberdade, e pede a desistência do presente recurso.

Considerando que o presente recurso já foi julgado pela Quinta Turma no dia 10/3/2020, acórdão publicado no dia 16/3/2020, negando provimento ao recurso, não é mais cabível o pedido de desistência.

Nesse sentido, em situação análoga:

AGRAVO REGIMENTAL EM PETIÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENAL E PROCESSUAL. HABEAS CORPUS NO STF. SUSPENSÃO DA REPRIMENDA ATÉ O SEU JULGAMENTO. DECRETO CONDENATÓRIO. NEGATIVA DE ALCANCE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESISTÊNCIA. PEDIDO FORMULADO APÓS JULGAMENTO. NÃO CABIMENTO. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. NATUREZA INCIDENTAL. MANEJO COMO PEDIDO AUTÔNOMO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A concessão de liminar em habeas corpus impetrado perante o Supremo Tribunal Federal, no sentido de suspender a aplicação da reprimenda penal aos agravantes até o julgamento final do writ, não alcança a discussão acerca da regularidade do decreto condenatório.

2. O pedido de desistência de embargos de declaração opostos após o seu julgamento pelo Tribunal é descabido.

3. O pleito de uniformização de jurisprudência tem caráter incidental, não se revelando viável o seu manejo como pedido autônomo.

4. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 935.956/RS, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, julgado em 17/11/2011, DJe 02/02/2012)

Nesse contexto, já exaurida a jurisdição desta Corte, deixo de homologar o

pedido.

Ante o exposto, com base no art. 210 do RISTJ, **não conheço** do pedido formulado.

Sua prejudicialidade decorre automaticamente.

Intimem-se.

Após a certificação do do acórdão (e-STJ fls. 234/246), arquivem-se os autos.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator